



**Relatório dos resultados do Plano Estratégico
2021 / 2026 do CJF
Período 2021**

Conselho da Justiça Federal - CJF

Ministro Humberto Martins

Presidente

Ministro Jorge Mussi

Vice-Presidente e Corregedor-Geral da Justiça Federal

Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais e

Diretor do Centro de Estudos Judiciários

Ministro Villas Bôas Cueva

Ministro Sebastião Alves dos Reis Júnior

Ministro Marco Aurélio Gastaldi Buzzi

Desembargador Federal Ítalo Mendes

Desembargador Federal Reis Friede

Desembargadora Federal Mairan Maia Júnior

Desembargador Federal Victor Luiz dos Santos Laus

Desembargador Federal Vladimir Souza Carvalho

Membros Efetivos

Ministro Marco Aurélio Belizze

Ministra Assusete Magalhães

Ministro Sérgio Luiz Kukina

Desembargador Federal Francisco de Assis Betti

Desembargador Federal Messod Azulay Netoe

Desembargadora Federal Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida

Desembargador Federal Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle

Desembargador Federal José Lázaro Alfredo Guimarães

Membros Suplentes

Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil

Sem direito a voto

Organização

Juiz Federal Marcio Luiz Coelho de Freitas

Secretário-Geral

Elaine Nóbrega Borges

Secretária de Estratégia e Governança

Silvana Conceição Dias Soares

Subsecretária de Gestão Estratégica

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	5
1. REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	5
2. ESCALAS DE CLASSIFICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	7
3. RESULTADOS DAS METAS.....	8
3.1 ANÁLISE DETALHADA DOS RESULTADOS.....	10
3.1.1 PERSPECTIVA SOCIEDADE.....	10
3.1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS.....	15
3.1.3 PERSPECTIVA RECURSOS E PESSOAS.....	30
4. SÍNTESE DOS RESULTADOS.....	34
5. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	34
6. FONTE.....	34

Apresentação

O presente relatório trata dos resultados (objetivos estratégicos, metas e iniciativas) do Plano Estratégico 2021 / 2026 – Período 2021, anexo da Portaria CJF-POR-576, de 24 de novembro de 2020. Estes resultados representam os esforços para o alcance da visão de futuro do Conselho da Justiça Federal (CJF), qual seja: **“Ser reconhecido como líder na supervisão, integração e desenvolvimento da Justiça Federal”**.

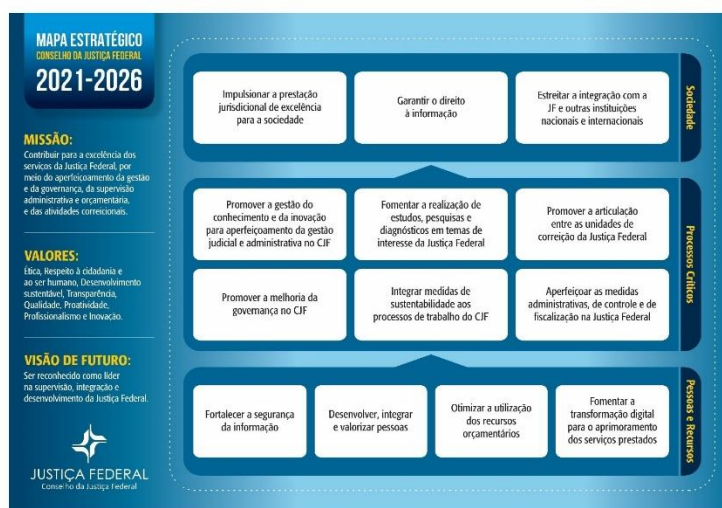
O objetivo principal é subsidiar as discussões sobre a execução da estratégia, possibilitando as unidades do Conselho da Justiça Federal na identificação de dificuldades, e suas causas, e levantar providências para eliminação desses obstáculos. Neste sentido, é um documento fundamental para embasar análise de melhoria de desempenho dos processos estratégicos, dos resultados dos objetivos e projetos estratégicos.

1. Referencial metodológico

A gestão da estratégia do CJF tem como referencial metodológico o *Balanced Scorecard* (BSC), cuja representação mais emblemática é o mapa estratégico. Abaixo, o mapa estratégico do CJF para o 2021-2026.

“O segredo do BSC está em fazer com que o administrador da organização consiga entender claramente os objetivos de sua estratégia e, a partir deles, chegar à definição das iniciativas estratégicas que devem ser executadas”

KAPLAN & NORTON



Importante lembrar que, como se pode observar no mapa do CJF, o BSC organiza os objetivos estratégicos em diferentes perspectivas. No caso do CJF: Sociedade, Processos Críticos e Pessoas e Recursos. O BSC recomenda, também, para a perspectiva Processos Internos, a criação de objetivos relacionados a quatro tipos de processos de trabalho, a saber: processos operacionais, de inovação, relação com o cliente e processos regulatórios e sociais.

O plano estratégico do CJF procurou atender a este preceito teórico na elaboração de seus objetivos. Na perspectiva de processos internos, denominada Processos Críticos, temos o seguinte formato:

- Objetivos para os processos operacionais:

- Promover a melhoria da governança no CJF;
- Aperfeiçoar as medidas administrativas, de controle e de fiscalização na Justiça Federal.

- Objetivos de relacionamento com o usuário:

- Fomentar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos em temas de interesse da Justiça Federal;
- Promover a articulação entre as unidades de correição da Justiça Federal;

- Objetivos de inovação:

- Promover a gestão do conhecimento e da inovação para aperfeiçoamento da gestão judicial e administrativa no CJF;
- Integrar medidas de sustentabilidade aos processos de trabalho do CJF.

- Objetivos regulatórios e sociais:

- Integrar medidas de sustentabilidade aos processos de trabalho do CJF.

Observa-se que o objetivo “Integrar medidas de sustentabilidade aos processos de trabalho do CJF” pode ser inserido em duas categorias de objetivos. Desta forma, os objetivos estratégicos do CJF contemplam o pressuposto metodológico previsto pelo BSC.

2. Escalas de classificação dos resultados

Para indicar o nível de cumprimento das metas estratégicas, estabeleceu-se uma escala numérica representada por cores. A tabela 1 apresenta a escala.

Tabela 1. Nível de cumprimento das metas.

Nível de cumprimento da meta	Cor
Até 49% - não cumprida	Vermelho
De 50% a 99% - em atenção	Amarelo
100% - cumprida	Verde
Não informada	Cinza

Também, foi elaborada uma escala para representar o STATUS dos objetivos. Existindo apenas uma meta, os objetivos assumem o nível de cumprimento desta meta e, no caso de mais de uma meta, os objetivos assumem o nível de cumprimento da meta de pior desempenho. Com isto, os STATUS atuais dos objetivos estratégicos são destacados no mapa abaixo.



3. Resultados das metas

Síntese do desempenho por cumprimento de metas

Tabela 1. Síntese dos resultados de 2021.

META	Índices alcançados	Nível de cumprimento
Meta 1 – Reduzir para 40 dias o tempo médio do trâmite dos processos da TNU	104,34%	✓ Superada
Meta 2 – Atender 100% dos itens e-Gov de acessibilidade até 2026	25%	Não cumprida
Meta 3 – Posicionar o CJF entre os 50 primeiros órgãos no ranking da transparência	92,9%	Em atenção
Meta 4 – Estabelecer anualmente, duas parcerias internacionais	150%	✓ Superada
Meta 5 – Estabelecer, anualmente, três parcerias nacionais	300%	✓ Superada
Meta 6 - Atingir, até 2026, mais 6 sistemas nacionais	100%	✓ Cumprida
Meta 7 – Realizar, até 2026, 10 contratações conjuntas	0%	Não cumprida
Meta 8 – Obter, no mínimo, 80% de percepção positiva dos servidores em relação aos meios de comunicação internos disponíveis, até 2026	0%	Não cumprida
Meta 9 – Aumentar, a cada ano, a quantidade de comunidades de prática ativa, física ou virtual, na Justiça Federal	2022	Não prevista a mensuração em 2021
Meta 10 - Realizar pesquisas, estudos e diagnósticos sobre 100% dos temas identificados como de relevância para a JF, até 2026	133,33%	✓ Superada
Meta 11 – Executar ações em 100% das demandas autuadas no âmbito da SCG até a primeira decisão/despacho lançada(o) por acordo de cooperação técnica nº 001/2018 entre o CNJ e o CJF	99,4%	Em atenção
Meta 12 – Executar 100% das ações de inspeções articuladas entre o CJF e os TRFs	100%	✓ Cumprida
Meta 13 – Manter-se no nível “Aprimorado” nas avaliações de governança	2022	Não prevista a mensuração em 2021
Meta 14 – Manter-se no nível Aprimorado nas avaliações de governança de TI até 2026	79,4%	Em atenção
Meta 15 – Realizar, anualmente, 100% das vistorias técnicas previstas nos planos anuais	0%	Não cumprida
Meta 16 – Realizar, anualmente, 100% das auditorias previstas nos planos anuais, até 2026	60%	Em atenção
Meta 17 – Reduzir 50% no tempo de realização das auditorias até 2026	2022	Não prevista a mensuração em 2021
Meta 18 – Promover, pelo menos, um evento sobre auditoria interna (SAI) e, pelo menos, um evento sobre gestão de obras (SGO)	50%	Em atenção
Meta 19 – Integrar medidas de sustentabilidade, quando cabível, a 90% dos contratos analisados, até 2026	103,7%	✓ Superada
Meta 20 – Cumprir 100% das metas do PLS	80%	Em atenção

Meta 21 – Atingir, até 2026, institucionalização de 13 normativos de política de segurança da informação	0%	Não cumprida
Meta 22 – Evoluir, até 2026, em 20% com relação à maturidade base em segurança da informação	2023	Não prevista a mensuração em 2021
Meta 23 – Atingir, até 2026, o nível 4 nos processos de gestão de vulnerabilidade	0%	Não cumprida
Meta 24 – Manter, em 2026, 90% de satisfação dos usuários com os serviços de TI	98,9%	Em atenção
Meta 25 – Atingir, em 2026, 12 inovações e modernizações tecnológicas implementadas aos usuários	200%	✓ Superada
Meta 26 – Capacitar, anualmente, 80% dos servidores do CJF em pelo menos uma ação educacional	115,2%	✓ Superada
Meta 27 – Capacitar, a cada biênio, 100% dos gestores do CJF em 30 horas de capacitação de natureza gerencial	32,5%	Não cumprida
Meta 28 – Executar, anualmente, 80% das ações de capacitação previstas no PAC	72,9%	Em atenção
Meta 29 – Alcançar e manter, até 2025, 70% de satisfação nas pesquisas de clima organizacional	98,3%	Em atenção
Meta 30 – Executar 90% das dotações para despesas discricionárias	90%	Em atenção

Tabela 2. Síntese geral dos resultados.

METAS PARA O PERÍODO	METAS CUMPRIDAS OU SUPERADAS	% de cumprimento
26	9	34,6%

3.1 Análise detalhada dos resultados

3.1.1 Perspectiva Sociedade

Esta é a perspectiva cujos objetivos representam a prioridade estratégica do CJF em termos de gestão da estratégia e efetivo auxílio aos TRFs e sociedade, em geral.

Objetivos estratégicos

Impulsionar a prestação jurisdicional de excelência para a sociedade

Esse objetivo estratégico é apoiado pela TNU, órgão presidido pelo Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal, cuja competência é processar e julgar os pedidos de uniformização de interpretação de lei federal, em questões de direito material, fundamentados em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou em face de decisão de uma Turma Recursal proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

Para ser efetivo neste objetivo, o CJF percebeu a necessidade de otimizar as tarefas referentes ao trâmite judicial visando a uma prestação mais eficiente e célere.

Meta 1 - Reduzir para 40 dias o tempo médio do trâmite dos processos da TNU.

Tabela 3. Resultados da Meta 1.

Meta 2021	Resultado	Cumprimento
45	43,1 dias	104,4%

Com a meta, o CJF busca alcançar, em média de número de dias, o razoável tempo de tramitação de processos judiciais da TNU, referentes às classes 457 - pedido de uniformização de interpretação de Lei Cível e 11791 – pedido de uniformização de interpretação de Lei Criminal. Para a análise da meta, foram considerados os seguintes dados:

Tabela 4 – Processos TNU.

Sessões Ordinárias de julgamento	10
Sessões Virtuais de julgamento (ambiente eletrônico)	3
Processos recebidos na Presidência	18.259
Processos distribuídos aos juízes relatores (originários – MS e Rcl)	239
Processos distribuídos aos juízes relatores (em sede de pedido de uniformização)	1.491
Decisões monocráticas da Presidência	17.964
Acórdãos	1.088
Despachos/decisões dos juízes relatores	941

Outras ações implementadas em 2021 pela TNU para impulsionar a prestação jurisdicional:

- Publicação no Diário de Justiça Eletrônico Nacional: em cumprimento à Resolução n. 234/2016 do CNJ, a TNU implementou a integração do sistema eproc com o DJeN, desde o dia 26 de abril de 2021, quando deu início à primeira publicação.
- Balcão Virtual: a TNU implantou no dia 29 de abril de 2021 o Balcão Virtual, uma plataforma de videoconferência destinada ao atendimento de advogados e outros interessados nos processos em tramitação na TNU.
- Repositório TNU: publicado no Portal da Justiça Federal em junho de 2021. Tem o objetivo de dar publicidade às relevantes teses firmadas pelo Colegiado da TNU e os representativos da controvérsia transitados em julgado, organizados por matérias.
- *Podcasts*: em outubro de 2021, a TNU lançou mais uma ferramenta de divulgação das suas decisões por meio do programa “Conversa sobre a controvérsia” em *podcasts*, veiculando entrevistas com os juízes integrantes da Turma Nacional acerca dos julgamentos dos representativos da controvérsia, com periodicidade mensal. Essa publicação é uma forma de ampliar a divulgação do entendimento jurídico da TNU sobre esses temas, de forma rápida, objetiva e didática para os cidadãos, que poderão ouvir de qualquer lugar e a qualquer hora os conteúdos produzidos.
- Manual de Admissibilidade Recursal da TNU: publicado no Portal da Justiça Federal em 20 de outubro de 2021. Este manual “compila e discorre, de forma objetiva, sobre os pressupostos recursais que vem sendo utilizados pela Turma Nacional no exame dos pedidos de uniformização a ela dirigidos. Tem por finalidade oferecer diretrizes práticas para a análise da admissibilidade dos referidos recursos, permitindo uma melhor compreensão dos filtros que balizam o juízo de admissibilidade, promovendo maior celeridade e o aprimoramento da prestação jurisdicional”.
- Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud): a TNU passou a disponibilizar os dados estatísticos no DataJud do CNJ.
- Base de Jurisprudência da TNU: o objetivo é incrementar a base com novos argumentos de pesquisa, agregando os “representativos de controvérsia e os precedentes relevantes”, de forma apartada dos acórdãos, mantendo os campos já existentes. Assim os usuários poderão efetuar uma pesquisa selecionada, obtendo resultados mais assertivos. O ambiente ficará mais útil e eficiente. Ademais os representativos e os precedentes relevantes (acórdãos com teses fixadas) são julgados/temas que merecem destaque, diante da relevância e da repercussão alcançada. Em fase de homologação pela secretaria da TNU.
- Workshop TNU: realizada a 5ª Edição do workshop “Diálogos e Cooperação no Sistema Recursal dos Juizados Especiais Federais”, via *webconferência*, nos dias 10 e 11 de novembro de 2021. O objetivo do workshop que acontece anualmente é proporcionar um fórum de debates acerca da análise dos pedidos de uniformização, com vistas ao aprimoramento da prestação jurisdicional. Destinado aos magistrados e assessores que estão ligados ao sistema recursal dos Juizados Especiais Federais, diretamente envolvidos no juízo de admissibilidade dos Pedidos de Uniformização de Interpretação de Lei Federal.

Garantir o direito à informação

Este objetivo decorre do entendimento de que o CJF deve viabilizar meios de esclarecimentos, informações e acessos a dados, de forma clara e transparente, a todos os interessados aos temas abarcados pela Justiça Federal é o caminho a ser explorado. Duas metas foram desenvolvidas:

Meta 2 – Atender 100% dos itens EGov de acessibilidade até 2026.

A meta 2, busca atender 100% dos itens do E-GOV de acessibilidade até 2026. A acessibilidade visa a atender usuários portadores de necessidades especiais fornecendo recursos operacionais alternativos para acesso à internet. Sob essa premissa, o CJF assumiu como princípio do direito à informação do cidadão, uma política democrática de acessibilidade aos conteúdos e serviços disponíveis em seu Portal. Essa política pretende promover a inclusão tecnológica a qualquer cidadão na medida em que dispõe de recursos de navegação compatíveis com as especificidades físicas e para cada um dos sentidos humanos utilizados durante o acesso: o tato, a audição e a visão. Para 2021, o resultado esperado era o de alcançar 85% das ações previstas no Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico – Emag.

Tabela 5. Resultados da Meta 2.

Meta 2021	Resultado	Cumprimento
4 itens	1 item	25%

Já a meta 3, visa posicionar o CJF entre os 50 primeiros órgãos no RANKING da transparência. O Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ n. 260, de 11 de setembro de 2018, que alterou em parte a Resolução CNJ n. 215, de 16 de dezembro de 2015, tem como finalidade conseguir, com dados objetivos, avaliar o grau de informação que os tribunais e conselhos disponibilizam aos cidadãos. O CJF ocupou a 88ª posição no RANKING de 2020. O Ministro Presidente do CJF estabeleceu, em seu Plano de Gestão, avançar 10 posições até 2022. A meta para 2021 era alcançar a 78ª posição.

Tabela 6. Resultados da Meta 3.

Meta 2021	Resultado	Cumprimento
78ª posição	84ª posição	92,9%

Estreitar a integração e a parceria com a Justiça Federal e outras instituições

Este é o objetivo com o qual o CJF pretende desenvolver ações que visem fortalecer a integração/parceria com a Justiça Federal e outras instituições nacionais e internacionais. O intuito fundamental é contribuir para o fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade e é acompanhado por meio das metas 4, 5, 6 e 7 conforme detalhamento abaixo:

A meta 4 busca estabelecer, anualmente, duas parcerias internacionais. Com esta meta, o CJF espera fortalecer a integração e a parceria com instituições internacionais, públicas ou privadas. As ações a serem empreendidas devem estar voltadas para a construção e desenvolvimento de projetos conjuntos, a participação em redes de cooperação e o compartilhamento de informações. Para 2021, a meta previu o estabelecimento de duas parcerias e foi superada com a consolidação de 3.

Neste sentido, em 2021, O Centro de Cooperação Internacional – CECINT, promoveu a inserção do Conselho da Justiça Federal no Programa El PacCto. Um Programa da União Europeia contra o Crime organizado transnacional que além da Espanha (gestora do programa) conta com a adesão de 18 países da América Latina. A atuação do programa abrange a Cooperação entre os sistemas de justiça; a cooperação policial e a colaboração no âmbito dos sistemas prisionais. Após a visita do Embaixador da Delegação da União Europeia no Brasil, Sr. Ignacio Ibáñez ao CJF o CECINT foi formalmente inserido no referido programa.

Além das parcerias citadas, cabe destacar que em 2021, o CECINT processou 266 (duzentos e sessenta e seis) pedidos de Cooperação jurídica internacional, conforme demonstra o seguinte gráfico:

Tabela 7. Pedidos de Cooperação Jurídica Internacional.

STATUS	QUANTIDADE
ABERTOS	270
FINALIZADOS SEM COOPERAÇÃO	17
PEDIDO DE COOPERAÇÃO FINALIZADO	7
RECEBIDO NO CECINT	3
DISTRIBUÍDO PARA ANÁLISE	1
RESPOSTA RECEBIDA DA AUTORIDADE CENTRAL	23
NÚMERO DE REFERÊNCIA RECEBIDO	20
DEVOLVIDO AO SOLICITANTE PARA ADEQUAÇÕES	28
PEDIDO CANCELADO PELO CECINT	10
PEDIDOS ENVIADOS À AUTORIDADE CENTRAL	172
PREPARANDO PARA ENVIO À AUTORIDADE CENTRAL	2
TRADUÇÃO EM PREPARO	1
SOLICITADO NÚMERO DE REFERÊNCIA	16
EM TRADUÇÃO	4

Tabela 8. Resultados da Meta 4.

Meta 2021	Resultado	Cumprimento
2 parcerias	3 parcerias	150%

A Meta -5, Estabelecer, anualmente, três parcerias nacionais, possui o mesmo intuito da meta anterior. Para 2021 foi previsto o estabelecimento de três parcerias e foram realizadas 9.

Tabela 9. Resultados da Meta 5.

Meta 2021	Resultado	Cumprimento
3 parcerias	9 parcerias	300%

A próxima, Meta 6 – Atingir, até 2026, mais 6 sistemas nacionais, tem como propósito assegurar que o sistema de TI da Justiça Federal atue de forma integrada e colaborativa por meio da uniformização de procedimentos e metodologias, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento, a melhoria na execução das rotinas de trabalho, gerando economicidade e aumento da eficiência operacional.

Para 2021, a meta previu instituir, formalmente, 1 sistema.

Tabela 10. Resultados da Meta 6.

Meta 2021	Resultados	Cumprimento
1 sistema	1 sistema	100%

A última meta deste objetivo, Meta 7 - Realizar, até 2026, dez contratações conjuntas. Aqui foi estabelecido o pressuposto de que ao atuar de forma sistêmica a TI torna-se integrada e colaborativa. Isto pode ser alcançado por meio da adoção de soluções e procedimentos que promovam a integração entre os órgãos da Justiça Federal, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, o melhor compartilhamento do conhecimento, a melhoria na execução das rotinas de trabalho e a segurança da informação (integridade, confidencialidade e disponibilidade de serviços), garantindo a convergência tecnológica, a economicidade e o aumento da eficiência operacional.

Para 2021, a meta previu duas contratações conjuntas de solução de TI com a participação dos órgãos da JF. Porém, conforme despacho SUGOV 301651, processo SEI nº 0000995-33.2021.4.90.8000, "...o referido índice começará a ser mensurado somente a partir de 2022, considerando que o ACT CJF n. 7/2021 foi aprovado somente em maio/2021, conforme consta no processo 0002490-52.2019.4.90.8000".

Tabela 11. Resultados da Meta 7.

Meta 2021	Resultados	Cumprimento
2 contratações	Nenhuma contratação	0%

3.1.2 Perspectiva Processos Internos

A perspectiva está relacionada à capacidade de integração, interlocução e incentivo à inovação, abrangendo 13 objetivos.

Objetivos estratégicos

Promover a gestão do conhecimento e da inovação para aperfeiçoamento da gestão judicial e administrativa no CJF

Este objetivo abrange um pilar da melhoria da gestão organizacional, componente de uma metodologia de gestão estratégica, a gestão do conhecimento. Com isto, busca gerenciar e multiplicar o conhecimento presente no órgão, contribuindo para a otimização dos processos de trabalho, para a inovação e para o desenvolvimento de projetos. O objetivo é composto por duas metas, as de número 8 e 9.

A Meta 8 – Obter, no mínimo, 80% de percepção positiva dos servidores em relação aos meios de comunicação internos disponíveis, até 2026. O objetivo da meta é verificar se os meios de comunicação disponibilizados pelo órgão promovem a disseminação do conhecimento, seja através do compartilhamento de boas práticas ou da facilidade de acesso a informações seguras, estruturadas e organizadas. Uma boa comunicação interna pode ajudar na criação de clima favorável à mudança e às inovações, direcionar as ações para as principais metas, criar sinergia intersetores e auxiliar na divulgação de novos conceitos, ideias, serviços e produtos. Assim, será realizada anualmente pesquisa para verificar se a percepção dos servidores é positiva quanto aos meios internos de comunicação. A meta previu, para 2021, 70% de satisfação, mas não houve apuração.

Tabela 12. Resultados da Meta 8.

Meta 2021	Resultados	Cumprimento
70% de satisfação	Não houve pesquisa	0%

A segunda meta, Meta 9 – Aumentar, a cada ano, a quantidade de comunidades de prática ativa, física ou virtual, na JF. Esta meta tem como escopo: as práticas de gestão do conhecimento têm como objetivo a produção, retenção, disseminação, compartilhamento e aplicação do conhecimento dentro da organização. Já as comunidades de prática são conceituadas como um grupo de indivíduos que se reúnem periodicamente por possuírem interesse comum e se envolvem em um processo de aprendizado coletivo. Neste contexto, a meta 9 é voltada para a quantificação das comunidades de prática da Justiça Federal, que contribuam para a promoção da gestão do conhecimento e da inovação. A previsão de coleta é a partir de 2022, estando 2021 para o estabelecimento da linha de base.

Tabela 13. Resultados da Meta 9.

Meta 2021	Resultados	Cumprimento
Estabelecer linha de base	3 comunidades	-

Fomentar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos em temas de interesse da JF

Este objetivo está relacionado com a promoção do aperfeiçoamento da Justiça Federal, por meio do estabelecimento de fluxos de informação, visando à solução de problemas e ao atingimento da excelência da prestação jurisdicional. Para monitorar o desempenho desse objetivo em 2021, foi traçada uma meta que visa mensurar a efetividade do CJF em realizar ou coordenar a realização de pesquisas, estudos e diagnósticos, a meta 10, que busca realizar pesquisas, estudos e diagnósticos sobre 100% dos temas identificados como de relevância para a JF. Para 2021, o CJF previu alcançar 60% de pesquisas, estudos e diagnósticos nos temas de interesse da JF.

Tabela 14. Resultados da Meta 10.

Meta 2021	Resultados	Cumprimento
Pesquisar 60% de 10 temas levantados	8 pesquisas realizadas	133,3%

Em 2021 foram realizadas 2 (dois) encontros virtuais do Grupo Operacional do Centro Nacional de Inteligência, instituído na forma do art. 5º da Resolução CJF N. 499/2018. Da mesma forma, 2 (duas) encontros do Grupo Decisório (art. 4º da Resolução CJF N. 499/2018), dos quais decorreram a aprovação de oito notas técnicas, quais sejam:

1. Nota Técnica 34: Medidas de desjudicialização de vícios construtivos em imóveis do Programa Minha Casa Minha Vida.
2. Nota Técnica 35: Contratos de empréstimo e cartão de crédito fraudulento. Desconto em benefícios previdenciários. Responsabilidade do Instituto Nacional do Seguro Social.
3. Nota Técnica 36: Afetação do tema dos picos de ruído através do REsp [1890010](#) e importância da delimitação da controvérsia afetada.
4. Nota Técnica 37: Demandas relacionadas ao seguro DPVAT. Relatores: Juizes Federais Thiago Mesquita Teles de Carvalho e João Luiz Nogueira Matias.
5. Nota Técnica 37/A: Demandas relacionadas ao Seguro DPVAT. Supervisão de aderência. relatores Thiago Mesquita (TRF5) e Daniela Madeira (TRF2)
6. Nota Técnica 38: Trata-se da importância da celeridade no julgamento do Tema 1.090 pelo STJ, afetado através do REsp 1.828.606/RS à sistemática dos precedentes qualificados. Relatores: Juiz Federal Luiz Bispo da Silva Neto e José Darlan Costa Pereira (NUJEP TRF5).
7. Nota Técnica 39: Divulgação e compilação dos precedentes vinculantes em matéria penal, decididos em habeas corpus coletivos no âmbito no STF e STJ. Relatores: Juiz Federal Roberto Veloso (TRF1), Juiz Federal Marcelo Maulucelli (TRF4), Servidora Maria Lúcia Paternostro (STJ) e Servidor Júlio Sisson (STF)
8. Nota Técnica 40: Uniformização de entendimento na jurisprudência sobre o alcance de compensação entre a circunstância agravante da reincidência e a circunstância atenuante da confissão, nos casos de multirreincidência e/ou nos casos de reincidência específica. Relatores: Desembargadora Federal Taís Schilling Ferraz (TRF4) e Juiz Federal Marcelo Malucelli (TRF4)

No que tange à produção doutrinária, o Programa Editorial inclui a edição de diversos produtos, tais como:

Revista CEJ: Foram concluídas e divulgadas as **edições 80** (com 12 artigos) e **81** (com 8 artigos) e encontra-se em andamento a **edição n. 82**. A Revista é um periódico técnico-científico do CEJ, com periodicidade semestral, cujo objetivo é fomentar e difundir o intercâmbio de conhecimentos das áreas jurídica e judiciária

entre magistrados, juristas e profissionais do Direito. Em circulação desde 1997, encontra em seu 24º ano de edição. Possui versão impressa e versão eletrônica publicada no *site* do CJF, por meio do OJS/SEER (Open Journal Systems / Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas).

Série Monografias do CEJ: coleção seriada que oferece espaço para a divulgação de estudos ou monografias resultantes de dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre temas relevantes para o Judiciário, em especial para a Justiça Federal. Para publicação na Série Monografias em 2021 foram selecionados três trabalhos (Edital divulgado em novembro de 2020), sendo publicados ou em andamento os seguintes volumes:

- **1º colocado: Volume 38** – *Sociedade de vigilância, direito à privacidade e proteção de dados pessoais: uma análise sobre a influência de técnicas de publicidade comportamental na internet no consumidor-usuário*. Autora: Lia Carolina Vasconcelos Camurça. Edição concluída e divulgada em julho/2021.
- **2º colocado: Volume 39** – *A dupla vulnerabilidade da criança refugiada e sua proteção no Brasil*. Autora: Samanta Francine Pinto Alvarenga. Edição concluída e divulgada em dezembro/2021.
- **3º colocado: Volume 40** – *A violência de gênero na intersecção das categorias mulher e refugiada*. Autora: Tatiana Ferreira Lotfi. Edição em fase de diagramação.

Edital CJF-2021: lançado e divulgado o edital de chamada para publicação de trabalhos na Série Monografias, em 2022, que selecionará três trabalhos, com previsão de versão impressa e eletrônica.

Publicações Avulsas e divulgações no Portal do CJF: o Centro de Estudos Judiciários também edita publicações avulsas, livretos, manuais e outros produtos que não se enquadram nas coleções existentes do CEJ, e demandados também por outras unidades do CJF. Em 2021, foram editados os seguintes produtos:

- Notas Técnicas 34, 35, 36 e 37, 37-A, 38, 39 e 40 do Centro Nacional de Inteligência da Justiça Federal – edição e divulgação no Portal do CJF, com resumos informativos sobre as notas.
- Anais do XI *Workshop* sobre o Sistema Penitenciário Federal – publicação resultante do trabalho produzido pelo Fórum Permanente do Sistema Penitenciário Federal. Edição concluída e divulgada em setembro/2021.
- Enunciados aprovados na II Jornada sobre Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios. – edição dos enunciados aprovados com divulgação no Portal em outubro/2021.
- Enunciados aprovados nos *Workshops* sobre o Sistema Penitenciário Federal (atualização até o XII *Workshop*) – quadro geral atualizado dos enunciados aprovados nas doze edições dos *Workshops*, divulgado em outubro/2021.
- Manual de admissibilidade recursal da TNU – solicitação da TNU. Editado em outubro/2021
- Enunciados aprovados no *Workshop* “Diálogos e cooperação no sistema recursal dos JEFs” (edições de 2020 e 2021) – editados e divulgados no Portal em novembro/2021.

Ações realizadas em 2021 para formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores:

Tabela 15. Ações realizadas para formação e aperfeiçoamento.

Ação	Data	Complemento
Webinário- Acordo homologado pelo Supremo Tribunal Federal para implantação de benefícios previdenciários e assistenciais	13 de abril	-
Webinário Lançamento do Curso Diálogos entre Cortes sobre os Direitos da Natureza e o	22 de abril	2ª edição

Programa Harmonia com a Natureza das Nações Unidas		
Webinário Articulação dos Centros de Inteligência com instituições públicas. Perspectivas e possibilidades	1º de junho	-
II Seminário Internacional Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	29 e 30 de abril	Plataforma <i>Zoom</i> , modalidade Webconferência
II Jornada Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios	26 e 27 de agosto	Webconferência
XII Workshop sobre o Sistema Penitenciário Federal	7 e 8 de outubro	Público-alvo: magistrados federais e estaduais, advogados da União, defensores públicos, membros do Ministério Público Federal e Estadual, procuradores, servidores dos Poderes Executivo e Judiciário, policiais penais e diretores de presídios
Seminário Virtual em Comemoração aos 20 anos de criação dos Juizados Especiais Federais	5 de novembro	Em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam)
Workshop “Diálogos e Cooperação no Sistema Recursal dos Juizados Especiais Federais – 5ª Edição”	10 e 11 de novembro	Coordenação geral do Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Workshop sobre contratação de engenharia consultiva e a metodologia para o acompanhamento da execução física de obras	30 de novembro	Webconferência
Curso básico de Processo Previdenciário	14 a 28 de maio	Público-alvo: servidores
Curso Formação de Conciliadores (parte teórica)	11 de maio a 25 de junho	Público-alvo: servidores
Curso Políticas de Mediação e Conciliação	2 de agosto a 6 de setembro	Público-alvo: magistrados
Curso Precatórios na Justiça Federal	31 de agosto a 3 de setembro	Público-alvo: servidores das unidades de Auditoria Interna do CJF e dos cinco Tribunais Regionais Federais
Curso Reforma Previdenciária	23 de setembro a 1 de outubro	Credenciamento ENFAM
Curso Gestão de Pessoas	1 de setembro a 22 de outubro	40 (quarenta) horas-aula no AVA (plataforma <i>Moodle</i>) e 1 (uma) hora-aula síncrona (ao vivo)
Curso sobre o Sistema Penitenciário Federal	15 de setembro a 8 de outubro	
Curso Diálogos e Cooperação no Sistema Recursal dos Juizados Especiais Federais	13 de outubro a 12 de novembro	Ambiente EaD - <i>Moodle</i>
Curso básico da Nova Lei de Licitações e Contratos	16 a 22 de novembro	servidores da Justiça Federal plataforma <i>Zoom</i>

Curso Internacional Direitos da Natureza: Teoria e Prática e o Programa Harmonia com a Natureza das Nações Unidas	22 de abril a 8 de outubro	magistrados plataforma <i>Zoom</i>
Curso Modular em laboratório de Inovação, Centro de Inteligência e Objetivos do desenvolvimento sustentável	-	-
Curso de Especialização em Jurisdição Inovadora para além de 2030	2º semestre	parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados

Promover a articulação entre as unidades de correição da JF

Com este objetivo, o CJF busca o alinhamento e a efetividade das ações de correição na Justiça Federal, por meio de maior articulação entre a Corregedoria Nacional (CNJ), a Corregedoria-Geral da Justiça Federal e as corregedorias dos Tribunais Regionais Federais. Para acompanhar o objetivo, duas metas foram estabelecidas: a meta 11, que está voltada para a priorização das ações entre CNJ e TRFs, e a meta 12 que busca acompanhar a execução das ações de inspeções

Tabela 16. Resultados da Meta 11.

Meta 2021	Resultados	Cumprimento
Executar 100% de 169 demandas autuadas	168 realizadas	99,4%

Tabela 17. Resultados da Meta 12.

Meta 2021	Resultados	Cumprimento
Executar 100% de 2 ações	2 realizadas	100%

Promover a melhoria da governança no CJF

Com este objetivo, o CJF visa aperfeiçoar o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, garantindo uma atuação organizacional eficiente. Duas metas foram estabelecidas: a Meta 13 – Manter-se no nível “Aprimorado” nas avaliações de governança (que tem previsão de mensuração a partir de 2022); e a Meta 14 – Atingir a pontuação de 0,85 na avaliação de governança de TI até 2026, que tem o propósito de orientar as organizações públicas no esforço de melhoria da governança e da gestão de TIC.

Tabela 18. Resultados da Meta 14.

Meta 2021	Resultados	Cumprimento
Nível Aprimorado com nota 0,80	Nota 0,635	79,4%

Cabe destacar que o índice geral de governança permite ao CNJ avaliar, de um modo geral, a efetividade das ações adotadas para induzir a melhoria da situação de governança de TIC no Poder Judiciário, enquanto, que

o iGov-TIC é o resultado da consolidação das respostas das organizações públicas ao questionário de governança de TIC elaborado pelo CNJ.

Aperfeiçoar as medidas administrativas de controle e de fiscalização na JF para assegurar a proteção do uso dos recursos públicos

O CJF estabeleceu este objetivo no intuito de aprimorar a capacidade técnica do planejamento, a execução, a comunicação dos resultados e o monitoramento das auditorias, bem como a promoção de diálogo constante com as unidades de auditoria da Justiça Federal de primeiro e segundo graus.

Quatro metas foram estabelecidas para este objetivo:

Meta 15 – Realizar, anualmente, 100% das vistorias técnicas previstas nos planos anuais. A Secretaria de Gestão de Obras – SGO realiza fiscalizações técnicas para identificar possíveis problemas nas obras, projetos ou orçamentos. A meta objetiva a manutenção das especificações técnicas e orçamentárias referenciais para a JF e estará cumprida se atingir ou superar o número de fiscalizações técnicas previstas nos planos anuais. Porém, a SGO informou, por meio de despacho 301847 – SUBOP, processo SEI nº 0000995-33.2021.4.90.8000 que, “...em decorrência da pandemia Covid-19, as vistorias de obras previstas no Plano Anual de Vistoria Técnica de Obras do exercício de 2021 – Processo 0004016-62.2020.4.90.8000 – foram sobrestadas e replanejadas para execução em 2022”.

Tabela 19. Resultados da Meta 15.

Meta 2021	Resultados	Cumprimento
7 vistorias previstas	Nenhuma realizada	0

Ações relacionadas ao acompanhamento de obras:

Plano Anual de Vistoria Técnica de Obras – PAVTO: as vistorias objetivam certificar a regularidade da gestão concernente ao planejamento e execução das obras, observando-se os critérios e dispositivos estabelecidos na legislação vigente. Além disso, tem o propósito de difundir os conhecimentos técnicos e as boas práticas quanto à gestão de projetos e obras para as unidades de arquitetura e engenharia da Justiça Federal, buscando a melhor aplicação dos recursos públicos. Importante esclarecer que o Plano de Vistoria Técnica de Obras não exclui o acompanhamento ou fiscalização solicitada pela Presidência do CJF ou dos Tribunais.

A escolha das obras a serem vistoriadas anualmente pela SGO segue metodologia própria de seleção com base em critérios objetivos - materialidade, risco, relevância e criticidade - e são classificadas em ordem decrescente, conforme o Indicador de Vistoria de Obras – IVO. Esse indicador consiste em pontuação atribuída a cada obra do universo da vistoria, segundo o somatório da avaliação dos critérios mencionados.

Conforme estabelecido no Plano Anual de Vistoria Técnica de Obras – PAVTO do exercício de 2021, Processo 0004016-62.2020.4.90.8000, foram previstas a realização de sete vistorias, conforme apresentado na tabela 21.

Tabela 20 – Ações previstas no PAVTO 2021.

AÇÕES PREVISTAS NO PAVTO DE 2021			
REGIÃO	CÓD.	AÇÃO	VALOR
	12RB	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belém-PA	17.329.156,58

1ª REGIÃO	15R9	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Porto Velho – RO	13.803.660,00
	15PH	Reforma do Edifício Sede da Justiça Federal em Teresina-PI	4.706.168,21
5ª REGIÃO	15GE	Reforma do Edifício Sede da Seção Judiciária em Fortaleza - CE	20.550.000,00
	15GD	Reforma do Edifício Anexo I da Seção Judiciária em Fortaleza - CE	10.017.912,19
	15G5	Reforma do Edifício Sede da Seção Judiciária em João Pessoa - PB	15.162.048,66
	15G6	Reforma do Edifício Sede da Justiça Federal em Campina Grande - PB	4.645.427,60
VALOR TOTAL DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO PAVTO DE 2021			86.214.373,24

Acompanhamento de Obras na Justiça Federal: o acompanhamento de obras da Justiça Federal objetiva a eficiência do uso de recursos destinados às obras, por meio da prestação de consultoria e apoio técnico da SGO às equipes da Justiça Federal de 1º e 2º graus. Essa contribuição acontece por solicitação da Administração dos órgãos acompanhados ou de ofício, quando identificada necessidade após vistorias técnicas ou auditorias.

No ano de 2021, foi feito o acompanhamento nos processos de quatro obras de alta complexidade, conforme abaixo:

- Construção da sede da Subseção Judiciária em Blumenau – SC Acompanhamento e consultoria decorrente de solicitação feita pela Divisão de Obras - DIOBRAS do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4 (SEI 0006021-94.2019.4.90.8000), que buscava a adequação da contratação da obra e de sua fiscalização residente aos parâmetros contidos na Resolução n. 461/2017 . A SGO teve a oportunidade de contribuir na orientação para revisão dos projetos, na revisão de planilhas orçamentárias e dos editais de contratação da obra, bem como da fiscalização, os quais foram elaborados pela equipe técnica do TRF4. Os resultados, até então, foram bastante satisfatórios. Com a revisão dos projetos e a nova elaboração das planilhas orçamentárias, o valor da obra reduziu de 3,7 SINAPI/m² para 3,02 SINAPI/m² no fechamento para a licitação da obra. Após o certame, (Concorrência TRF4 N. 01/ 2020), a obra de construção da Seção Judiciária em Blumenau finalizou em 2,56 SINAPI/m², significando uma redução do valor total da obra de R\$ 22.212.371,31 economizados pelos cofres públicos. A obra de construção foi retomada em janeiro de 2021.
- Construção da sede da Subseção Judiciária em Foz do Iguaçu - PR
- Acompanhamento e consultoria decorrente de solicitação feita pela Divisão de Obras - DIOBRAS do Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4 (SEI 0006021-94.2019.4.90.8000), buscando a adequação da contratação da obra e de sua fiscalização residente aos parâmetros contidos na Resolução n. 461/2017. A SGO teve a oportunidade de contribuir na orientação para revisão dos projetos, na revisão de planilhas orçamentárias e dos editais de contratação da obra, bem como da fiscalização, os quais foram elaborados pela equipe técnica do TRF4. A obra encontra-se paralisada, em face da revisão dos projetos e do orçamento de referência (atividade ainda em execução). Entretanto, até o momento, já há uma redução no valor do empreendimento no valor aproximado de R\$ 20.000.000,00.
- Construção da nova sede do TRF1 – As obras continuam paralisadas, em razão de ainda não ter sido efetuada a revisão dos projetos que irão nortear a construção. A contratação da empresa especializada para a revisão dos projetos foi realizada em 2021, bem como a licitação para assessoramento técnico à fiscalização do TRF1. Neste quesito, a SGO atuou na avaliação dos Termos

de Referência, Editais e Orçamentos Base que foram utilizados nos certames, indicando ajustes e sugestões, os quais foram incorporados pelo Tribunal nos documentos correspondentes.

- Recuperação da estrutura de concreto armado e protendido do edifício sede do CJF – Inicialmente, a SGO identificou a necessidade de elaboração de um Laudo Estrutural do Ed. Sede deste CJF, o qual foi realizado pela empresa A. S. Neto Engenharia Eireli, incluindo os projetos e orçamento necessários à contratação dos serviços de recuperação da edificação. Após, esta Secretaria atuou na elaboração do Termo de Referência, Análise de Riscos, Relatório do Escopo dos Serviços e ajustes no orçamento base da licitação. Ato contínuo, esta unidade, como gestora do contrato, vem acompanhando/fiscalizando os serviços, o qual se encontra em vias da 2ª medição. Importante destacar que a empresa executora, Exame Tecnologia S/S Ltda., solicitou a prorrogação do prazo de execução, o que será objeto de análise pela fiscalização.

A segunda meta trata da realização das ações (auditorias finalizadas, inspeções, fiscalizações e monitoramentos) previstas no Plano Anual de Auditoria – PAA.

Para 2021, o CJF previu atingir 100% das ações previstas.

Tabela 21. Resultados da Meta 16.

Meta 2021	Resultados	Cumprimento
100% de 20 auditorias	12 realizadas	60%

Para o exercício de 2021, foram planejadas, inicialmente, 23 (vinte e três) atividades no Plano Anual de Auditoria (PAA 2021), e 1 (uma) atividade de consultoria. Posteriormente, o plano foi alterado para a inclusão de uma nova auditoria solicitada pela Presidência deste Conselho, o que provocou a necessidade do adiamento de 1 (uma) auditoria e de 3 (três) monitoramentos para o exercício de 2022, restando, portanto, para execução em 2021, de 20 (vinte) ações de auditoria e monitoramento, excluída a atividade de consultoria, das quais 12 (doze) foram concluídas, que representam 60% do total planejado. Além disso, oito atividades foram iniciadas em 2021 e serão finalizadas no exercício de 2022, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 22. Ações de auditoria.

Plano Anual de Auditoria - PAA Inicial (A)	Ações incluídas no PAA (B)	Ações adiadas para outro exercício (C)	Plano Anual de Auditoria Ajustado - PAA (D)	Ações executadas (E)	Ações em execução a serem finalizadas em 2022 (F)	% (D)/(F)
23	1	4	20	12	8	60

Tabela 23. Status das ações de auditoria.

AUDITORIAS	
Atividade	Situação

1. Conclusão da Auditoria financeira e de conformidade nas contas de 2020 - Processo SEI n. 0004272-03.2020.4.90.8000.	Concluída
2. Auditoria de acessibilidade coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça - Processo SEI n. 0000658-09.2021.4.90.8000.	Concluída
3. Auditoria no Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Processo SEI n. 0001049-87.2021.4.90.8000.	Concluída
4. Auditoria no Tribunal Regional Federal da 3ª Região - Processo SEI n. 0002062-16.2021.4.90.8000.	Concluída
6. Auditoria na Execução dos contratos de prestação de serviço terceirizados do CJF - Processo SEI n. 0000560-52.2021.4.90.8000.	Concluída
8. Auditoria nas fases das contratações públicas por ata de registro de preço (adesão e contratação feita pelo CJF) - Processo SEI n. 0000558-38.2021.4.90.8000.	Concluída
10. Auditoria na folha de pagamento (Serviço extraordinário, Auxílio-transporte, Pagamento de substituição de função ou cargo comissionado, Recolhimento das contribuições previdenciárias do RPPS, do Regime de Previdência Complementar – RPC (FUNPRESP-Jud) e do Regime Geral da Previdência Social- RGPS - Processo SEI n. 0000502-83.2021.4.90.8000.	Concluída
5. Auditoria financeira e de conformidade nas contas de 2021 - Processo SEI n. 0002785-43.2021.4.90.8000	Em execução
7. Auditoria na Execução de contratos de TIC - Processo SEI n. 0002797-87.2021.4.90.8000.	Em execução
9. Auditoria nas fases das contratações públicas, consubstanciadas no Decreto n. 10.024/2019 - Processo SEI n. 0002826-56.2021.4.90.8000.	Em execução
25. Auditoria Operacional na Divisão de Pagamento de Pessoal do CJF. (Incluída pelo Ministro Presidente do CJF, nos termos do Despacho n. 0228881) - Processo SEI n. 0002096-57.2021.4.90.8000.	Em execução
11. Auditoria nos processos de avaliação de estágio probatório, progressão e promoção funcional (Sistema de Avaliação de Desempenho – SIADES).	Adiada para o exercício 2022
MONITORAMENTOS	
12. Monitoramento da Auditoria nas Contratações Diretas por Dispensa - Processo SEI n. 0000.225-64.2020.4.90.8000.	Concluído
13. Conclusão do monitoramento da Auditoria na fase interna das contratações do CJF – Processo SEI n. 0001858-10.2019.4.90.8000.	Concluído

14. Conclusão do monitoramento da Auditoria na fase externa da licitação no CJF - Processo SEI n. 0006097-92.2019.4.90.8000.	Concluído
21. Monitoramento da Auditoria na Gestão de Riscos Institucionais - Processo SEI n. 0003138-87.2020.4.90.8000.	Concluído
22. Monitoramento da auditoria nas contratações relacionadas às construções da Seção Judiciária de Minas Gerais - Processo SEI n. 0006526-12.2019.4.90.8000.	Concluído
18. Monitoramento da Auditoria na Execução dos Contratos Relacionados à Segurança Institucional - Equipamentos Escâner de Inspeção por Raios X; Equipamentos Detectores de Metais, tipo Pórtico; Treinamento e às Manutenções Preventivas e Corretivas- Processo SEI n.0002430-64.2020.4.90.8000.	Em execução
19. Monitoramento da Auditoria nas Contratações Diretas por Inexigibilidade - Processo SEI n. 0002392-02.2020.4.90.8000.	Em execução
20. Conclusão do monitoramento da auditoria em processo de contratação de prestação de serviços terceirizados de limpeza, copeiragem, recepção, mensageria, reprografia e telefonia do Conselho da Justiça Federal (CJF) - Processo SEI n. 0002031-41.2019.4.90.8000.	Em execução
23. Monitoramento da auditoria de governança em gestão de pessoas baseada em riscos (Ação Conjunta de Auditoria, CTCL-JF) – Processo SEI n. 0004099-47.2019.4.90.8000.	Em execução
15. Monitoramento da Auditoria na folha de pagamento de pessoal do CJF - Processo SEI n. 0002097-78.2019.4.90.8000.	Adiado para o exercício 2022
16. Monitoramento da Auditoria na capacitação relacionada à Formação Gerencial - Processo SEI n. 0002450-16.2020.4.90.8000.	Adiado para o exercício 2022
17. Monitoramento da Auditoria na Avaliação dos controles internos administrativos do processo de acerto de contas – Processo SEI n. 0000226-45.2020.4.90.8000	Adiado para o exercício 2022
CONSULTORIA	
24. Consultoria (360 horas).	Não realizada

OBS: Considerou-se como concluídas, as auditorias que tiveram relatórios finais emitidos no exercício de 2021.

Com a meta seguinte, o CJF busca alcançar, em número de dias, o razoável tempo de realização de uma auditoria. Para a definição do paradigma, será realizada análise do tempo de realização. A meta é alcançar 50% do tempo identificado. Trata-se da meta 17, que busca reduzir o tempo de realização das auditorias.

Para 2021, não havia a previsão de mensuração do tempo, mas identificar o tempo de realização das auditorias, para estabelecer a linha de base.

A última meta deste objetivo está voltada para a promoção da interlocução com outros órgãos quanto aos seguintes sistemas organizacionais: Auditoria Interna - SAI e Gestão de Obras - SGO. Para efeito da meta, considera-se atividade de interlocução aquela que extrapole os procedimentos ordinários ou rotineiros dos sistemas mencionados (encontros, oficinas, reuniões técnicas etc).

Para 2021, foram previstas ao menos um evento para cada unidade.

Tabela 24. Resultados da Meta 18.

Meta 2021	Resultados	Cumprimento
1 evento da SAI 1 evento da SGO	1 evento da SGO	50%

Em relação ao cumprimento da Meta 18, a SAI, em virtude da pandemia mundial de Covid-19, não promoveu nenhum evento destinado aos servidores das unidades de Auditoria Interna da Justiça Federal de 1º e 2º Graus no ano de 2021. Portanto, a meta não foi cumprida.

Integrar medidas de sustentabilidade aos processos de trabalho do CJF

Este objetivo sintetiza a busca por garantir o desenvolvimento de cenários que suportem as estratégias organizacionais por meio de um equilíbrio sistêmico entre viabilidade econômica, justiça social e menor impacto ambiental em todos os processos de trabalho do órgão, com especial atenção a: contratação de obras e serviços; aquisição de bens; disposição de rejeitos; produção, uso e descarte de documentos; utilização de água e energia elétrica; ações que visem à saúde física e mental, bem como segurança de magistrados, servidores e colaboradores do órgão. Duas metas foram estabelecidas para este objetivo.

A meta 19 tem como objetivo garantir o desenvolvimento de cenários que suportem as estratégias organizacionais através de um equilíbrio sistêmico entre viabilidade econômica, justiça social e menor impacto ambiental em todos os processos de trabalho do órgão, com especial atenção a: contratação de obras e serviços; aquisição de bens; disposição de rejeitos; produção, uso e descarte de documentos; utilização de água e energia elétrica; ações que visem à saúde física e mental, bem como da segurança de magistrados, servidores e colaboradores do órgão. Ela é voltada para o aumento do percentual de contratos (obras e serviços) e aquisições (bens) nos quais, quando cabível, foram integradas adequadamente as exigências e os normativos de sustentabilidade, inclusive o Manual de sustentabilidade nas compras e contratações do CJF.

Tabela 25. Resultados da Meta 19.

Meta 2021	Resultados	Cumprimento
75% de 54 contratos	77,8% ou 42 contratos	103,7%

Já a meta 20 estabelece o acompanhamento de todos os resultados dos indicadores do Plano de Logística Sustentável – PLS que representa a diretriz balizadora da aplicação da sustentabilidade no órgão. A meta é desdobrada em 15 índices conforme apresentado na tabela 28.

Tabela 26. Resultados da Meta 20.

Meta 2021	Resultados	Cumprimento
Cumprir as 15 metas do PLS	12 metas cumpridas	80%

Tabela 27. Cumprimento das metas do PLS.

META	TEMA	DESCRIÇÃO META	REFERÊNCIA 2019	ATINGIDO 2021	PERCENTUAL 2021	CUMPRIMENTO DA META
1	Contratações	Ter pelo menos 40% do número de novos contratos em conformidade com o Manual de sustentabilidade de compras e contratações do Conselho da Justiça Federal		42	77,77	Sim
2	Padronização e catalogação	Ter 35% de bens duráveis e materiais diferentes catalogados como sustentáveis ou não até 2022				Dados não obtidos
3	Gestão de materiais	Reduzir o número de itens consumíveis do CJF até 2022. Valor de referência: 152				Dados não obtidos
4	Gasto com papel A4	Reduzir os gastos com papel A4 para R\$ 9.587,37	10.957,65	3019	502	Sim
5	Volume de impressão	Reduzir o volume de impressão na sede do CJF para 385.119 impressões	440.137,00	200.079	436,32	Sim

6	Outsourcing de impressão	Manter os custos com o contrato de outsourcing em R\$ 215.756,00 (referência 2020)		220.924,29	97,7	Não
7	Telefonia	Reduzir o custo total com telefonia fixa para R\$ 9.017,30	10.608,59	2.035,7	538,73	Sim
8	Consumo energia elétrica	Reduzir o consumo total de energia do órgão para 1.807.073,02 kwh	1.953.753,00	1.038.043,00 (até novembro)	624,29	Sim
9	Consumo água e esgoto	Diminuir o consumo total de água do órgão para 3.888,7 m ³	4.204,00	1084	989,53	Sim
10	Gestão de resíduos	Ter um Percentual Coleta Seletiva maior que 10%, com os seguintes valores:		83	830	Sim
10.1	Orgânico	Orgânico: 23.850 kg;	26.500,00	11926,2	549,95	Sim
10.2	Papel	Papel: 14.011 kg	15.568,50	5044	675,73	Sim
10.3	Plástico	Plástico, metal e vidro: 1.692,9 kg	3.881,00	148	170,60	Sim
11	Deslocamento	Reduzir o valor do quilômetro rodado pelos veículos do CJF para R\$10,59	11,45	11,92	-54,47	Não
12.1	CID M	Diminuir o afastamento de servidores para	30	13	Não se aplica	Sim

		tratamento de saúde. CID M				
12.2	CID J	Diminuir o afastamento de servidores para tratamento de saúde. CID J	43	41	Não se aplica	Sim
12.3	CID F	Diminuir o afastamento de servidores para tratamento de saúde. CID F	19	11	Não se aplica	Sim
13	Avaliação reação QVT	Obter, pelo menos, 70% na avaliação de reação de todas as ações propostas de QVT		0,821	117,28	Sim
14	Inclusão e equidade	Ter pelo menos 10% da força de trabalho total do CJF participando como voluntário nas ações solidárias promovidas pelo CJF		30	115,38	Sim
15	Capacitação em sustentabilidade	Ter 86 servidores com ao menos uma capacitação sobre temas específicos da sustentabilidade e sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS 2030		46	53,48	Não
16	Comunicação e sustentabilidade	Ter 35% de satisfação do público interno e público externo com as notícias veiculadas pela ASCOM sobre		17	Não se aplica	Sim

		sustentabilidade e aplicação dos 11 temas desenvolvidos pelo PLS				
17	Obras, layout	Ter obras e reformas que tenham impacto positivo em pelo menos um dos temas a seguir elencados: gestão de água, acessibilidade do edifício, qualidade do ar e conforto térmico		5	Não se aplica	Sim

Tabela 28. Diferença PLS 2019 -2021.

Temas	2019	2020	2021	Diferença (2019-2021)	Valor final
Obras e reformas	R\$ 123.876,15	R\$ 253.237,47	R\$ 1.223.409,73	-R\$ 1.099.533,58	Acréscimo
Papel	R\$ 10.957,65	R\$ 2.875,31	R\$ 3.019,09	R\$ 7.938,56	Redução
Outsourcing de impressão	R\$ 215.756,20	R\$ 210.498,20	R\$ 220.924,29	-R\$ 5.168,09	Redução
Telefonia fixa	R\$ 10.608,59	R\$ 5.229,31	R\$ 2.035,70	R\$ 8.572,89	Redução
Energia elétrica	R\$ 1.300.081,32	R\$ 1.012.536,52	R\$ 1.142.261,19	R\$ 157.820,13	Redução
Água	R\$ 54.092,06	R\$ 57.638,75	R\$ 64.861,20	-R\$ 10.769,14	Acréscimo
Deslocamento de pessoal	R\$ 886.512,66 (R\$ por km: 11,45)	R\$ 23.045,35 (R\$ por km: 1,17)	R\$ 632.498,11 (R\$ por km: 11,92)	R\$ 254.014,55	Redução do valor total, mas aumento do custo por km rodado
TOTAL	R\$ 2.601.884,63	R\$ 1.565.060,91	R\$ 3.289.009,31	-R\$ 687.184,68	Acréscimo

3.1.3 Perspectiva Recursos e Pessoas

Uma vez estabelecidos os objetivos para as perspectivas de integração com a sociedade e de processos internos, é preciso uma base para atingi-los, que deve ser organizada em três categorias de objetivos, também, tratados por **habilitadores dos processos**: pessoas, tecnologias e infraestrutura.

Fortalecer a segurança de informação

Este objetivo visa promover ações que buscam viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade e a confidencialidade das informações, assim como a transparência e a proteção aos dados pessoais, desde a sua coleta até o seu processamento e o compartilhamento. O objetivo recebeu três metas:

A meta 21 expressa a intenção de implantar, até 2026, todos os mecanismos necessários para assegurar a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade das informações organizacionais no âmbito do CJF. Para 2021, ficou estabelecido implantar três normas da Política de Segurança da Informação da JF, mas nenhuma foi elaborada.

No despacho 303219 – SUSTI, Processo SEI nº 0000995-33.2021.4.90.8000 – Acompanhamento das metas 2021 do CJF, é informado que “Conforme consta das atualizações do processo [0006039-13.2019.4.90.8000](#), houve um período de inatividade do Comitê de Segurança da Informação da Justiça Federal - CSI-Jus, que é o ente responsável pela elaboração dos normativos de segurança previstos na Política de Segurança da Informação da Justiça Federal e na meta 21 da Estratégia do CJF. Entretanto, após reunião dos gestores de TI do CJF e do TRF1 com o coordenador do referido comitê, em que foram discutidos os objetivos, metas e ações estabelecidas, foi agendada reunião do CSI-Jus que ocorreu em 7 de janeiro de 2022. Nesta reunião foi deliberada uma agenda propositiva para os trabalhos do CSI-Jus e foram estabelecidas metas para a elaboração das normas previstas nesta meta. Sendo que já foram criados grupos de trabalho para a elaboração de alguns normativos. Apesar de não existir meta para 2021, após a retomada dos trabalhos acredita-se que a meta estabelecida para 2026 será atendida. Serão juntadas ao referido processo a ata e a agenda propositiva assim que forem formalmente aprovados pelo comitê.”

Tabela 29. Resultados da Meta 21.

Meta 2021	Resultados	Cumprimento
Institucionalizar 3 normas	Nenhuma norma	0%

A Meta 22 – Evoluir, até 2026, em 20% com relação à maturidade base em segurança da informação estimava, para 2021, a proposição de uma modelo de avaliação de maturidade de segurança da informação, para, então, a partir de 2023, ser mensurado. Entretanto, segundo informação contida no despacho 303219 – SUSTI, Processo SEI nº 0000995-33.2021.4.90.8000 – Acompanhamento das metas 2021 do CJF, em decorrência da de novas definições do Tribunal de Contas da União – TCU com relação ao assunto, “...Será criado processo específico para que seja definida a metodologia que será adotada pelo CJF”.

Já na Meta 23, o CJF pretendeu promover o aumento do nível de maturidade do processo de gestão de vulnerabilidade. Para 2021, o esperado era de atingir o nível 1, porém a coleta só ocorrerá em 2022.

No despacho 303219 – SUSTI, Processo SEI nº 0000995-33.2021.4.90.8000 – Acompanhamento das metas 2021 do CJF, é informado que “Atualmente a SUSTI está elaborando uma proposta de Norma para Gestão de Vulnerabilidades de Segurança Cibernética para estabelecer as diretrizes, o processo, os responsáveis e os resultados esperados para a gestão de vulnerabilidades. Até o final da primeira quinzena de fevereiro a minuta do normativo será concluída e submetida para avaliação superior”.

Tabela 30. Resultados da Meta 23.

Meta 2021	Resultados	Cumprimento
Nível 1 de maturidade	Não houve mensuração	0%

Promover a transformação digital para aprimoramento dos serviços prestados pelo CJF

Com este objetivo, o CJF espera alcançar a satisfação do usuário de TI por meio de inovações tecnológicas para ampliação da capacidade técnica e infraestrutura operacional. Duas metas, apresentadas a seguir, foram estabelecidas, 24 e 25.

Para a meta 24, que auxiliar no aprimoramento dos serviços de Tecnologia da Informação para o Conselho da Justiça Federal, a STI aplica pesquisa de avaliação da satisfação do usuário do CJF, onde estão relacionados os fatores equipamento, atendimento, disponibilidade, serviços e sistema. Estes fatores ordenam o conjunto de operações da STI com vistas a atender as demandas do CJF. Desta forma, a meta permitirá à STI que implemente as práticas necessárias para manter o nível de satisfação, considerado como referência aceitável, já alcançado no plano estratégico 2015-2020. Para 2021, ficou estabelecido atingir um nível de satisfação de 90%.

Tabela 31. Resultados da Meta 24.

Meta 2021	Resultados	Cumprimento
90% de satisfação	89%	98,9%

Já a meta 25, com vistas a auxiliar no aprimoramento dos serviços de TI, trata da implementação, anual, de duas inovações ou modernizações tecnológicas. Foram implementadas 4: Carteira de Identidade Funcional Digital, Sistema de Gestão Patrimonial e de Materiais de Consumo, Sistema de Precatórios e modernização do Sistema de Cadastro de Imóveis da Justiça Federal – CADIJUS.

Tabela 32. Resultados da Meta 25.

Meta 2021	Resultados	Cumprimento
2 inovações	4 inovações	200%

Desenvolver, integrar e valorizar pessoas

Este objetivo visa promover planejamento, execução e avaliação de programas e ações relacionados à gestão do desempenho; ao desenvolvimento das competências gerenciais, técnicas e fundamentais; à valorização dos colaboradores; à integração das pessoas; à modernização das carreiras; à alocação e movimentação

interna, à adequada distribuição da força de trabalho, à gestão do clima organizacional; à melhoria da saúde, do bem-estar físico, psicológico e social e da qualidade de vida no trabalho dos colaboradores do Conselho da Justiça Federal. Para este objetivo, quatro metas foram desenvolvidas: 26 a 29.

A meta 26 está voltada para a capacitação profissional. As suas ações permitem a melhoria na performance de diferentes atividades dentro e fora da organização, ajudando no crescimento dos servidores em todos os aspectos. Essa preparação traz vantagens em uma via de mão dupla, ou seja, para a organização e para os servidores, uma vez que estão em constante aprendizado e podem resolver problemas das mais variadas naturezas. A Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP, busca capacitar, anualmente, 80% dos servidores do quadro efetivo do CJF. Em 2021 foram 236 servidores capacitados, o que representa 92,2% dos servidores em exercício no Órgão.

Tabela 33. Resultados da Meta 26.

Meta 2021	Resultados	Cumprimento
Capacitar 80% dos servidores	92,2%	115,2%

A meta 27 trata da capacitação dos gestores. Em consonância com a Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, a meta visa capacitar, a cada ano, até o ano de referência, 100% dos gestores do CJF com prazo de capacitação no período em questão. Foram capacitados 42 de um total de 129 gestores.

Tabela 34. Resultados da Meta 27.

Meta 2021	Resultados	Cumprimento
Capacitar 100% dos gestores	32,5%	32,5%

A meta 28 é referente ao Plano Anual de Capacitação da JF – PAC. O CJF buscará executar, anualmente, 80% das ações de capacitação previstas no PAC. Foram realizadas 35 das 60 previstas.

Tabela 35. Resultados da Meta 28.

Meta 2021	Resultados	Cumprimento
Executar 80% das ações do PAC	58,3%	72,9%

A última meta deste objetivo, a de número 29, faz referência à satisfação dos servidores com o clima organizacional. Com vistas a auxiliar no aprimoramento dos serviços de gestão de pessoas, o CJF aplica pesquisa de avaliação da satisfação de clima organizacional. Desta forma, a meta permitirá que implemente as práticas necessárias para manter o nível de satisfação. A meta estabelece, para 2021, um nível de satisfação de 70% tendo sido alcançado 68,83%. Para melhoria do índice, algumas ações previstas são:

- 1) Implantar processo seletivo interno para as funções comissionadas e cargos de confiança, com o objetivo de valorizar os servidores efetivos do quadro de pessoal.
- 2) Investir tempo e recursos nas transições entre gestões, visando à continuidade dos projetos e à suavização dos impactos que essas mudanças causam aos servidores e aos processos de trabalho.

- 3) Investir em excelentes capacitações para servidores e gestores, de modo que o Órgão alcance os resultados esperados e os servidores se sintam valorizados.
- 4) Criar estratégias e ações voltadas à integração entre as unidades.
- 5) Melhorar a comunicação institucional e os meios mais eficazes para que as decisões e orientações cheguem aos servidores com mais transparência.
- 6) Criar mecanismos para que os servidores participem das decisões, das normas e dos rumos do Órgão.
- 7) Ampliar oportunidades de flexibilização do trabalho, por meio do teletrabalho, mesmo depois da pandemia da Covid-19.
- 8) Evitar a sobrecarga de trabalho por meio de ampliação do quadro de pessoal e de melhor distribuição de servidores entre as unidades.
- 9) Conceder mais autonomia e flexibilidade, possibilitando inovações nos processos de trabalho.
- 10) Criar oportunidades para que as unidades do CJF se aproximem das unidades da Justiça Federal.

Otimizar a utilização dos recursos orçamentários

Alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimento e pessoal ao aprimoramento da gestão, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública, por meio da utilização do sistema de custos é o foco deste objetivo. Requer o estabelecimento de uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para o atendimento das necessidades prioritárias e essenciais. A meta estabelecida para este objetivo visa a execução de 90% das dotações para despesas discricionárias, todos os anos, até 2026. Com isto, o CJF atenderá, em sua quase totalidade, às despesas correntes e de capital (discricionárias) previstas para cada ano em questão.

Tabela 36. Resultados da Meta 30.

Meta 2021	Resultados	Cumprimento
Executar 90% de R\$ 146.535.558,50	Executado 81% ou R\$ 118.737.854,40	90%

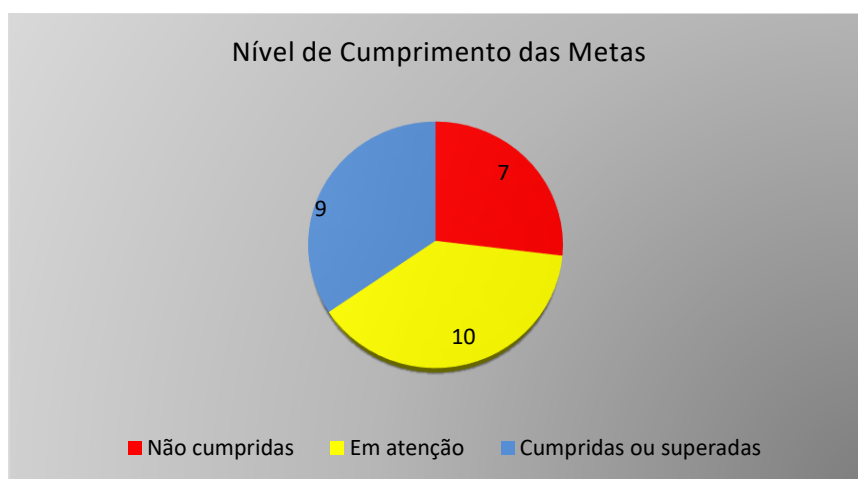
4. Síntese dos resultados

Das 26 metas acompanhadas, 19 alcançaram desempenho igual ou superior a 50% do resultado esperado (que engloba as metas dos níveis de atenção e cumpridas), representando cerca de 73% das metas.

Um resultado a ser mencionado é que algumas metas superaram o resultado previsto para 2026, metas 4, 5, 10 e 26. Para estes casos, é aconselhada uma revisão quanto às suas permanências como estratégicas. Pois, este nível de desempenho é um referencial para o retorno de uma meta ao nível gerencial e continuar a ser acompanhada na unidade de origem.

Como aspecto negativo, 7 metas se mantiveram no nível de não cumpridas, com desempenho inferior a 50%. Para estes resultados, a boa prática é serem realizadas análises mais apuradas destes desempenhos pelos gestores e pelo CGI, na busca da identificação das causas e definição de ações para correção dos rumos e eliminar os riscos de insucesso da estratégia.

O gráfico abaixo apresenta a distribuição das metas por nível de desempenho.



Metas superadas são aquelas que atingiram cumprimento acima de 100%.

5. Informações complementares

Para informações completas sobre o caderno estratégico 2021/2026, o glossário de metas e os resultados anuais detalhados das metas acesse o Observatório da Estratégia da JF na INTRANET do CJF ou pelo endereço: <https://www.cjf.jus.br/observatorio/>.

6. Fonte

Mapas Estratégicos – Convertendo Ativos Intangíveis em Resultados Tangíveis; Kaplan & Norton.
Processo SEI nº 0000995-33.2021.4.90.8000 – Acompanhamento das metas 2021 do CJF.